



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

INFORMATIVO Nº 398/2015

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
PL Nº 7.707/2010**

“Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais criados pela União, pelo Distrito Federal e pelos Estados para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência. ”

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☒ estados ☐ municípios
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☒ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ SIM (Emenda nº _____) ☒ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: LRF, art. 17; LDO 2015, art. 108, e Súmula nº 1/08-CFT.

4. Outras observações:

A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, dispõe que os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

Código de Processo Civil; III - a ação de despejo para uso próprio; e IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo.

2. O art. 9º dessa lei prevê que, nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado. Nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

O projeto de lei em exame pretende alterar esse dispositivo para obrigar a assistência de advogado nas causas superiores a dez salários mínimos e, naquelas inferiores a tal valor, obrigar a assistência por advogado dativo onde não houver Defensoria Pública ou onde esta não puder atender a demanda, cabendo ao Estado arcar com as despesas de honorários.

3. Em relação à norma existente, **o projeto em análise acarreta aumento de despesa pública**, pois impõe à União, Estados e DF a obrigação de arcar com honorários advocatícios nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nas causas inferiores a dez salários mínimos, quando a assistência se der por advogado dativo onde não houver Defensoria Pública ou onde esta não puder atender a demanda.

4. Nesses termos, a proposição infringe as disposições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, da Norma Interna da CFT e da Súmula nº 1/08-CFT, tendo em vista que não está instruída com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro da alteração pretendida, não indica a origem dos recursos necessários para custear o aumento de despesa pública proposto e não está acompanhado de comprovação de que a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO 2013.

Observe-se que a exigência quanto à estimativa do impacto orçamentário e financeiro deve ser apresentada já no projeto de lei, não cabendo a possibilidade de postergação dessa medida.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Salvador Roque Batista Júnior
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira